

ESTUDO DO LÉXICO TOPONÍMICO MINEIRO: OS TOPÔNIMOS RELATIVOS AOS MEMBROS DE ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS

STUDY OF MINAS GERAIS TOPONYMIC LEXICON: THE TOPONYMS
RELATED TO MEMBERS OF RELIGIOUS ASSOCIATIONS

ESTUDIO DEL LÉXICO TOPONÍMICO MINERO: LOS TOPÓNIMOS
RELACIONADOS CON LOS MIEMBROS DE ASOCIACIONES
RELIGIOSAS

*Ana Paula Mendes Alves de CARVALHO**
*Maria Cândida Trindade Costa de SEABRA***

Resumo: Adotando os pressupostos teórico-metodológicos da Onomástica e vinculado ao Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais –, projeto em desenvolvimento, desde 2005, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG), este trabalho tem por objetivo apresentar um estudo toponímico, focalizando os topônimos relativos aos membros de associações religiosas em todo o território mineiro, tais como *bispo, cônego, dom, frade, frei, monge, monsenhor, padre e papa*. Trazida pelos portugueses para o Brasil, no início do século XVI, a fé cristã ganhou extensão territorial, à medida em que se dava o povoamento das terras recém-descobertas e, nesse contexto, merece destaque, a presença dos membros de diferentes irmandades e associações religiosas. Nessa perspectiva, verificou-se que a importância desses religiosos pode ser percebida na toponímia mineira, tanto diacrônica – a partir da observação dos mapas históricos – quanto sincronicamente, quando se observa a tessitura atual do léxico toponímico do Estado.

Palavras-chave: Léxico; Cultura; Toponímia religiosa; Minas Gerais.

* Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais - FALE/UFMG; mestra em Estudos Linguísticos pela UFMG (2008). Atualmente, é professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG - *Campus* Ouro Branco. Contato: anapaula.carvalho@ifmg.edu.br.

** Graduada em Comunicação Visual (1983) e em Letras, mestra em Língua Portuguesa e doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais. Desenvolve pesquisa em Linguística Teórica e Descritiva, nas perspectivas sincrônica e diacrônica, com ênfase em Onomástica, Lexicologia, Lexicografia, Português do Brasil, Variação e Mudança Linguística; coordenou o GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL (2012-2014); é subcoordenadora do Centro de Memória da Faculdade de Letras da UFMG e diretora do Centro de Documentação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Contato: candidaseabra@gmail.com.

Abstract: Adopting the theoretical-methodological assumptions of Onomastic and linked to the ATEMIG Project – Toponymic Atlas of Minas Gerais State –, a project under development since 2005, at Faculdade de Letras of the Federal University of Minas Gerais (FALE/UFMG), this work aims to present a toponymic study, focusing on toponyms related to members of religious associations throughout the territory of Minas Gerais, such as bishop, canon, don, friar, monk, monsignor, priest and pope. Brought by the Portuguese to Brazil at the beginning of the 16th century, the Christian faith gained territorial extension, as the settlement of newly discovered lands took place and, in this context, the presence of members of different brotherhoods and religious associations must be highlighted. Under this perspective, it was found that the importance of these religious can be perceived in Minas Gerais toponymy, both diachronic - from the observation of historical maps - and synchronously, when observing the current organization of the state's toponymic lexicon.

Keywords: Lexicon; Culture; Religious toponymy; Minas Gerais.

Resumen: Este trabajo, que está vinculado al Proyecto ATEMIG – Atlas Lingüístico del Estado de Minas Gerais –, tiene por objetivo presentar un estudio toponímico centrado en los topónimos relacionados con los miembros de asociaciones religiosas de Minas Gerais, tales como obispo, canónigo, dom, fraile, fray, monje, monseñor, cura y papa, desde los presupuestos teóricos y metodológicos de Onomástica. La fe católica, traída por los portugueses a Brasil, en el inicio del siglo XVI, ganó extensión territorial, al mismo tiempo en que ocurría el poblamiento de las tierras recién descubiertas y, en ese contexto, se destaca la presencia de los miembros de diferentes hermandades y asociaciones religiosas. Considerando esta perspectiva, se verificó la importancia de esos religiosos en la toponimia minera, diacrónicamente – a partir de la observación de los mapas históricos – y sincrónicamente, cuando se observa la tesitura actual del léxico toponímico del Estado.

Palabras clave: Léxico; Cultura; Toponimia religiosa; Minas Gerais.

Introdução

Este trabalho trata do estudo do léxico toponímico do Estado de Minas Gerais, focalizando os topônimos relativos aos membros de associações religiosas, tais como o povoado *Padre Viegas*, em Mariana e o distrito de *Monsehor Isidro* em Itaverava. Por terem participado do surgimento dos primeiros núcleos populacionais não só em Minas Gerais, mas em todo o território brasileiro, as associações religiosas deixaram marcas na Toponímia em diversas regiões do estado.

Nessa perspectiva, orientado pelos princípios da Ciência Onomástica, o estudo está vinculado ao Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais, projeto em desenvolvimento,

desde 2005, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Nas etapas já concluídas do projeto, fez-se o levantamento de todos os nomes de cidades, vilas, povoados, fazendas, rios, córregos, ribeirões, morros, serras, dentre outros acidentes geográficos dos 853 municípios do estado, documentados em cartas topográficas – fontes do IBGE, com escalas que variam de 1: 50.000 a 1: 250.000. Obteve-se, então, um banco de dados constituído de cerca de 85 mil topônimos que estão classificados de acordo com a origem e o padrão motivador.

Desse modo, dando continuidade ao andamento do projeto e com o objetivo de contribuir com o detalhamento da realidade toponímica de Minas Gerais, apresentamos, neste trabalho, a distribuição, em território mineiro, dos topônimos que se enquadram no campo semântico das autoridades religiosas, quais sejam: *bispo, cônego, dom, frade, frei, monge, monsenhor, padre e papa*.

Vale ressaltar ainda que, com intuito de verificar o registro desses designativos em outros períodos da língua portuguesa, além da observação dos dados contemporâneos, recorreremos também a mapas históricos dos séculos XVIII e XIX que integram o trabalho Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província organizado por Costa *et al.* (2002).

1 Pressupostos teóricos: estudos toponímicos

Dentre os estudos da linguagem, os estudos do léxico representam a área que mais bem reflete a realidade linguística e sociocultural de uma comunidade. É, pois, pela palavra que todo conhecimento adquirido em várias áreas do saber é acumulado ao longo da história de um povo e é transmitido às gerações seguintes. Assim, como elemento modelador da cultura, o estudo do léxico possibilita compreender os conceitos e os eventos da vida cotidiana.

Segundo Finatto *et al* (2004), dentre as várias formas de se estudar o léxico de uma língua, destacam-se as ciências do léxico: a Lexicologia, que é o estudo científico do léxico; a Lexicografia e a Terminologia, que estudam o léxico com fins aplicados a fim de identificar e estabelecer o léxico ou os subconjuntos léxicos das línguas para organizá-las em dicionários gerais e dicionários especializados, respectivamente.

Integrada à Lexicologia, tem-se a *Onomástica*, ciência que se ocupa do estudo dos nomes próprios em geral, dividida em duas subáreas: a *Antroponímia* e a *Toponímia*. À primeira, correspondem os estudos dos nomes próprios das pessoas, sejam prenomes ou sobrenomes, tendo grande relevância para a história política, cultural, das instituições e das mentalidades. A segunda, foco deste trabalho, diz respeito aos nomes próprios de lugar. Ambas são reconhecidas como meios importantes de investigação linguística e cultural.

O estudo toponímico permite ao pesquisador perceber, através da análise de seu objeto de estudo – o *topônimo* –, a realidade na qual o nome está registrado: fatos históricos, aspectos do ambiente, dos acidentes físicos e humanos, ideologias e crenças do grupo denominador.

Nas palavras de Dick:

Exercendo na Toponímia a função de distinguir os acidentes geográficos na medida em que delimitam uma área da superfície terrestre e lhes conferem características específicas, os topônimos se apresentam, da mesma maneira que os antropônimos, como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada. Verdadeiros “testemunhos históricos” de fato e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, consequentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica (DICK, 1990a, p. 21-22).

Desse modo, a Toponímia, como uma das faces da Onomástica, revela-se de grande relevância para o conhecimento dos aspectos históricos e socioculturais de um povo.

2 A influência dos membros das associações religiosas nas devoções religiosas e na toponímia

Conforme se disse na seção anterior, por meio do estudo toponímico, é possível perceber características ideológicas e culturais de uma comunidade. Destaca-se, por exemplo, a influência da religiosidade na motivação para a escolha dos nomes dados aos lugares ao longo dos tempos. No léxico toponímico brasileiro, isso pode ser percebido desde o primeiro contato do colonizador europeu com as terras recém-descobertas, haja vista as circunstâncias que levaram ao descobrimento da terra e do momento histórico representado pelo quinhentismo português, em que a difusão dos preceitos da Igreja Católica representava uma preocupação máxima.

Por seus méritos, Pedro Álvares Cabral foi escolhido Capitão da Armada portuguesa às índias. A partida de Restelo, após a missa na Ermida de Nossa Senhora do Belém, se fez preceder da bênção da Bandeira de Cristo, doada pelo Rei, e das relíquias e cruces que acompanhariam os navegantes durante a travessia, quando estariam entregues a os cuidados espirituais dos franciscanos de Frei Henrique de Coimbra. Sob os auspícios de Nossa Senhora da Esperança, partiram as naus, entre outras denominadas Trindade, Anunciada, Espírito Santo, Santa Cruz, São Pedro... (DICK, 1990a, p. 157).

Assim, conforme pontua Dick, a religiosidade lusitana encontra, no novo continente, o clima fecundo ao seu expansionismo. Na carta de Pero Vaz de Caminha à Coroa Portuguesa, por exemplo, é possível perceber topônimos relacionados ao costume dominante entre os navegadores de nomear os acidentes geográficos de acordo com as inscrições do calendário religioso romano, como se verifica em *Monte Pascoal* (ou *Pascal*), já que a chegada à nova terra se deu na época da Páscoa.

No que se refere às devoções trazidas para as terras brasileiras, os missionários e as ordens religiosas a que pertenciam merecem destaque, uma vez que, desde as primeiras embarcações portuguesas, o contingente desses religiosos sempre foi representativo: primeiro, na fase inicial da civilização brasileira, vinham para evangelizar os indígenas; depois, vinham com finalidades missionárias ou educativas.

Os franciscanos, por exemplo, foram os pioneiros na catequização do Brasil. Além de frei Henrique de Coimbra, que rezou a primeira missa na Terra de Santa Cruz, em 1516 dois missionários portugueses chegaram a Porto Seguro, enviados pelo rei D. Manuel, mas foram mortos pelas mãos dos nativos.

Em 1532, aportaram com Martim Afonso, em São Vicente, onde fundaram uma capela em honra de Santo Antônio. Durante alguns anos vieram algumas levas de frades da Ordem Seráfica, porém o mais famoso deles foi frei Pedro Palácios, que chegou à Vila Velha, no Espírito Santo, em 1558, fundando a capela de São Francisco e depois o Convento de Nossa Senhora da Penha, inaugurado em 1570. A pedido do governador de Pernambuco, Jorge de Albuquerque Coelho, foi instituída a missão brasileira denominada "Custódia de Santo Antônio", determinando como sede o futuro convento de Olinda, criado em 1585 sob a invocação de Nossa Senhora das Neves, que foi a casa-mãe de todos os frades menores do Brasil. Sua fama se espalhou pelo Nordeste, contribuindo para isso a popularidade de Santo Antônio de Lisboa, cujo culto já conquistara a Colônia. Na Bahia estabeleceram o convento de São Francisco, e em 1587 foram para Igarçu, onde construíram a igreja de São Cosme e São Damião, dirigindo-se depois para o Sul (MEGALE, 2002, p. 235-236).

Também deve ser atribuído aos franciscanos a propagação das invocações de Nossa Senhora das Neves, do Amparo e dos Anjos, assim como das devoções a São Francisco, Santo Antônio, Santa Clara, São Boaventura e São Pedro de Alcântara.

Os inacianos, representados pelos padres da Companhia de Jesus, ou jesuítas, divulgaram as devoções a Nossa Senhora da Candelária, da Assunção, São Miguel, Santo Inácio, São Francisco Xavier e São Luís Gonzaga.

Os primeiros jesuítas aportaram com o governador Tomé de Sousa, em 1549, e outros, com Duarte da Costa, em 1553. Os mais conhecidos foram os padres Nóbrega, Leonardo Nunes e José de Anchieta, cujos nomes permaneceram na História do Brasil. Tomé de Sousa fundou, em Salvador, a Sé, dedicada à Virgem da Ajuda, e o Colégio dos Jesuítas. Assim que podiam, os padres da Companhia de Jesus erguiam nas aldeias indígenas uma capela, ainda que tosca, e

uma escola para crianças, que catequizavam na própria língua, ensinando-as também a ler e escrever (MEGALE, 2002, p. 236).

Os monges beneditinos, por sua vez, chegaram ao Brasil em 1551, estabelecendo-se em Salvador, onde construíram, no começo do século XVII, seu convento e a capela de sua padroeira, Nossa Senhora de Montserrat, uma das mais representativas da primeira capital brasileira. Esse período é marcado por grande expansão e, nesse contexto, os padres de São Bento fundaram conventos em Olinda, Rio de Janeiro e São Paulo. Foram difundidos, então, os cultos a São Bento, Santa Escolástica e Santo Amaro, assim como a Nossa Senhora da Soledade e das Angústias.

A chegada dos padres carmelitas às terras brasileiras, conforme Megale (2002), deu-se em 1580. Eles se estabeleceram inicialmente em Santos, onde foi construído o primeiro templo dedicado à Virgem do Carmo e de lá se expandiram por todo o país, iniciando os cultos a São João da Cruz, Santa Teresa de Ávila e São Simão Stock.

Em território mineiro, dentre as inúmeras associações religiosas que se fizeram e se fazem presentes até os dias atuais, os padres carmelitas merecem destaque, uma vez participaram ativamente do início do povoamento do estado. Em outras palavras, ressalta-se o fato de a atual cidade de Mariana, primeiro núcleo povoado em Minas, ter sido fundada sob a proteção de Nossa Senhora do Carmo, no final do século XVII e início do século XVIII.

Nas Minas Gerais no século XVIII, religiosidade, sociabilidades e irmandades se (con)fundem e se interpenetram. Com efeito, se as cerimônias religiosas foram e são forma de convívio social e de sociabilidade naquele contexto, tal assertiva se revelou de maneira exemplar. Nele, limitadas as ações da Igreja Católica pela Igreja Portuguesa, as irmandades foram as promotoras dos ofícios e das celebrações, dentro e fora dos templos, também por elas edificados e mantidos. Vale dizer desde logo que as irmandades se apresentaram, então, como força auxiliar, complementar e sucedânea da Igreja Católica (BOSCHI, 1986, p. 59).

Desse modo, diante do exposto e conforme mostrou o trabalho de doutorado Carvalho (2014), intitulado *Hagiotoponímia em Minas Gerais*, podemos afirmar que, em Minas Gerais, a presença da

religiosidade cristã refletida na devoção à Maria e aos santos, desde o início de seu povoamento, é considerado algo marcante e pode ser observado, dentre outras formas, pela presença das associações religiosas, como as irmandades, por exemplo, que, ao atuarem no surgimento dos primeiros núcleos populacionais, por meio de oragos, deixaram marcas na toponímia em diversas regiões do estado, sobretudo, naquelas que se situavam no caminho dos bandeirantes.

A toponímia na trilha das bandeiras documenta a presença desses religiosos: se o comando era de carmelitas, os núcleos habitacionais que surgiam perpetuavam a lembrança do orago de Nossa Senhora do Carmo; se o comando era de franciscanos, no de São Francisco, e assim com outras ordens da mesma maneira, os oragos marcam sua passagem. Lá onde o povoado é novo, o nome religioso o inaugura, se havia uma designação indígena o novo nome religioso a substitui (MEGALE, 2000, p. 22).

Nessa perspectiva, observa-se que a devoção religiosa deixa o seu rastro não só nos textos litúrgicos e templos religiosos, mas, sobretudo, no espaço geográfico, por meio da nomeação dos acidentes físicos e humanos, reforçando, assim, a sua dimensão histórica e sociocultural.

3 Estudo do léxico toponímico mineiro: da descrição metodológica à análise dos dados

Orientado pelos princípios da Ciência Onomástica, o estudo proposto vincula-se ao Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais, projeto este em desenvolvimento, desde 2005, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação da Prof^a Dr^a Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. Seguindo os pressupostos teórico-metodológicos propostos pelo francês Dauzat (1926), adaptados à realidade brasileira por Dick (1990a e b), esse projeto vem realizando o detalhamento e a análise da realidade toponímica de todo o estado. Como se disse anteriormente, a pesquisa em andamento acerca da hierotoponímia mineira está vinculada ao Projeto Atlas Toponímico de Minas Gerais – ATEMIG –, que vem sendo desenvolvido, desde 2005, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação da Prof^a Dr^a

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. Partilhando de metodologia comum, adotada por outras equipes de pesquisadores de outros estados que têm desenvolvido estudos toponímicos aos moldes do ATB (Atlas Toponímico do Brasil) – projeto que foi coordenado e desenvolvido pela Prof^a. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (FFLCH/USP) –, em Minas Gerais, o projeto ATEMIG segue:

- i) o “método das áreas” utilizado por Dauzat (1926), que propõe o remapeamento da divisão municipal, de acordo com as camadas dialetais presentes na língua padrão;
- ii) a distribuição toponímica em categorias taxionômicas que representam os principais padrões motivadores dos topônimos no Brasil, sugerida por Dick (1990a).

Desse modo, a fim de que seja feito detalhamento da realidade toponímica de todo o território mineiro, foram levantados todos os nomes de cidades, vilas, povoados, fazendas, rios, córregos, ribeirões, morros, serras, dentre outros acidentes geográficos dos 853 municípios mineiros, documentados em cartas topográficas – fontes do IBGE, com escalas que variam de 1: 50.000 a 1: 250.000 –, perfazendo um total de cerca de 85 mil topônimos.

Após a coleta e catalogação dos dados, os topônimos foram registrados em fichas léxico-toponímicas constituídas de uma análise detalhada do topônimo, com informações que o integram à sociedade e à cultura.

Dessa maneira, partindo da análise e da interpretação de parte dos dados coletados e dando continuidade às etapas previstas no Projeto, volta-se a atenção, neste trabalho, para as denominações toponímicas relativas aos membros de associações religiosas, que se constituem de 135 ocorrências.

Considerando o campo semântico das autoridades religiosas, essas denominações foram agrupadas de acordo com as lexias *bispo*, *cônego*, *dom*, *frade*, *frei*, *monge*, *monsenhor*, *padre* e *papa*, conforme pode ser observado no quadro, a seguir, em que, além das designações toponímicas consideradas, tem-se também seus respectivos números de ocorrências.

Quadro 1: Quantificação das ocorrências de topônimos relativos a membros de associações religiosas em território mineiro

Lexias	Topônimos (ocorrências)
<i>Bispo</i>	Bispo, do (2).
<i>Cônego</i>	Cônego João Pio (1) e Cônego Marinho (2).
<i>Dom</i>	Dom Domingos (1), Dom João Pimenta (1), Dom José (2), Dom Joaquim (1), Dom Helvécio (1), Dom Bosco (10), Dom Silvério (3), Dom Viçoso (8), Dom Lara (1), Dom Modesto (1), Dom Cavati (1), Dom Correia (1).
<i>Frade</i>	Frade (3), Frade, do (18)
<i>Frei</i>	Frei Orlando (1), Frei Leopoldo (2), Frei Gaspar (1), Frei Gonzaga (1), Frei Lagonegro (2), Frei Inocêncio (1), Frei Serafim (1), Frei Jorge (1), Frei Fabiano de Cristo (1), Frei Eustáquio (1)
<i>Monge</i>	Monge, do (2)
<i>Monsenhor</i>	Monsenhor Isidro (1), Monsenhor Horta (1), Monsenhor Paulo (1) e Monsehor Maurício (1).
<i>Padre</i>	Padre, do (9), Padres (1), Padres, dos (4), Padre Cunha (2), Padre Serrame (2), Padre João (4), Padre Domingos (2), Padre Trindade (2), Padre Vicente (4), Padre Ângelo (3), Padre Brito (1), Padre Matias (1), Padre João Afonso (1), Padre Pedro (1), Padre Paraíso (3), Padre Eustáquio (2), Padre José (1), Padre Filipe (2), Padre Albano (2), Padre Carvalho (2), Padre José Lima (1), Padre Honório de Souza (1), Padre Fialho (1), Padre Felisberto (1) e Padre Antônio (1).
<i>Papa</i>	Papa, do (1), Papa pequeno (1)

A partir da observação do quadro, verifica-se que foram quantificadas 94 ocorrências das lexias sob análise seguidas de seus respectivos antropônimos ou nomes próprios individuais, tais como *Padre Eustáquio* e *Dom Silvério*, e 41 ocorrências em que esses designativos aparecem desacompanhado de antropônimos, sendo 5 dessas ocorrências constituídas de sintagmas nominais, quais sejam: *Frade* (3 ocorrências), *Padres* (1 ocorrência), *Papa Pequeno* (1 ocorrência); e 36 ocorrências constituídas de sintagmas preposicionados, a saber: *do Padre* (9 ocorrências), *dos Padres* (4 ocorrências), *do Bispo* (2 ocorrências), *do Frade* (18 ocorrências), *do Monge* (2 ocorrências), *do Papa* (1 ocorrência).

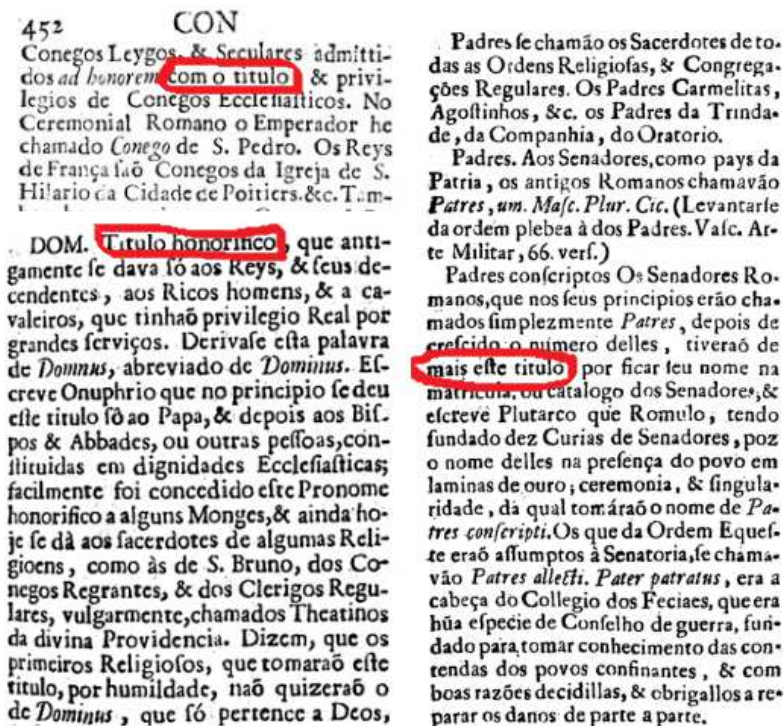
No que se refere à classificação taxionômica desses topônimos, inicialmente podemos classificá-los, de acordo com Dick (1990a, p. 32) como *axiotopônimos*, isto é, como “*topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais*”. Segundo a mesma autora, entretanto, as associações religiosas e seus membros, bem como locais de cultos, datas ou efemérides religiosas inserem-se na taxa dos *hierotopônimos*, ou topônimos sagrados de diferentes crenças. (DICK, 1990b, p. 310-311).

Pereira e Nadin (2017, p. 239), por sua vez, retomando esse segundo trabalho da toponimista, defendem que, por serem membros de associações religiosas, “*os nomes de autoridades religiosas, de modo geral, podem ser classificados seguramente como hierotopônimos*”. Nas palavras dos estudiosos,

Ao classificarmos Almirante, Coronel, Marquês, por exemplo, como axiotopônimos, os classificamos (sic.) de forma consciente e clara. No entanto, se classificarmos os topônimos Padre José de Anchieta/Jardim (MS), Padre Manoel da Nóbrega/Jardim (MS) e Padre Nilo Sheridan/Nioaque (MS), como axiotopônimos, parece-nos não muito pertinente devido ao fato da unidade léxica Padre não se tratar de um título, e sim de um “estado de vida” (GOMES, 2014). De acordo com o Código de Direito Canônico da Igreja Católica, do Papa João Paulo II (WOJTYŁA, 1983), o sacerdócio é um estado vocacional sagrado e perpétuo, de forma que um padre, em seu livre arbítrio, pode deixar de exercer sua ordem, de ministrar os sacramentos, afastando-se da Igreja para constituir família, por exemplo, mas não deixa de ser padre. Há toponimistas que entendem o topônimo Padre como designativo de profissão, o que levaria a classificação de sociotopônimo. Entretanto, não comungamos dessa posição classificatória, pois o sacerdócio, mais especificamente no âmbito da igreja católica, é um fenômeno caracterizado pela missão de servir a Deus e ao próximo de forma incondicional, abstenendo-se, assim, de muitos aspectos do mundo extraigreja. (...) Como se percebe, o topônimo Padre não se trata de título ou dignidade nem de uma profissão. Tanto que um padre pode, por exemplo, exercer a profissão de professor ou outra qualquer, desde que não interfira na sua missão primeira junto à igreja. O nome de lugar Padre se enquadra, de fato, no campo semântico das autoridades religiosas em geral. Ainda que esse topônimo por vezes seja classificado como axiotopônimo, julgamos mais de acordo classificá-lo como hierotopônimo (PEREIRA E NADIN, 2017, p. 237-238).

Apesar de concordarmos com os autores no que se refere ao fato de que ‘*padre*’ não seja uma profissão e sim um estado vocacional sagrado e perpétuo, já que, mesmo se afastando da Igreja, um padre não deixa de ser padre, discordamos de que essa unidade léxica, assim como as demais consideradas neste trabalho – *bispo, cônego, dom, frade, frei, monge, monsenhor e papa* – não seja um título e encontramos respaldo para esse nosso posicionamento em O *Vocabulario Portuguez e Latino* de Rafael Bluteau (1712, p. 177; 283; 452), em que o dicionarista faz referência a algumas das lexias analisadas neste trabalho como títulos honoríficos.

Figura 1 – Prints de páginas de *Vocabulario Portuguez e Latino* de Rafael Bluteau (1712)



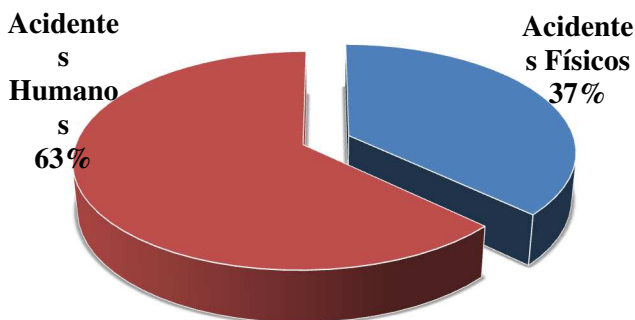
Fonte: Grifos nossos. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario>>. Acesso em: 05 de setembro de 2019.

Desse modo, retomando a primeira classificação de Dick para esses topônimos, julgamos pertinente considerar como *axiotopônimos* as 41 ocorrências de topônimos que aparecem desacompanhas de nomes próprios individuais, tais como *Serra do Papa e Fazenda do Padre*. Para as demais 94 ocorrências que se constituem dos títulos de autoridades religiosas mais seus respectivos antropônimos, como *Fazenda Dom Helvécio e Córrego Padre Domingos*, pautamo-nos também pelo estudo de Faria (2018, p. 1169-1170), que, contribuindo para uma atualização das taxes apresentadas por Dick (1990 a e b), defende que, por se referir a nomes de pessoas precedidos de títulos ou designativos, tais denominações toponímicas devem ser classificadas como *antropo-axiotopônimos*. Trata-se, pois, de uma proposta inovadora e muito pertinente de classificação dos topônimos relativos a nomes próprios individuais ou *antropotopônimos* que

consiste em classificar, primeiramente como antropotopônimos, todos os logradouros que recebem nomes de pessoas e depois subdividi-los em axiotopônimos e historiotopônimos, pois, se todas as taxes anteriormente citadas referem-se a antropônimos, não poderiam elas se agruparem em uma taxe de antropotopônimos que englobaria as demais taxes? Tal questionamento justifica-se uma vez que antes de uma pessoa receber um título como doutor, padre, coronel etc., ela já era conhecida por seu nome de batismo (FARIA, 2018, p. 1169).

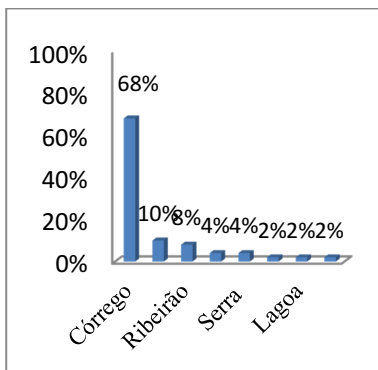
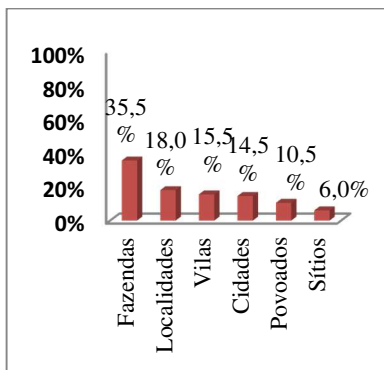
Quanto à classificação dos acidentes geográficos, observa-se uma predominância desses topônimos relativos a membros de associações religiosas na designação de acidentes de natureza humana, uma vez que 63% dos nomes sob enfoque – 85 ocorrências – referem-se a fazendas, vilas, localidades, dentre outros. Os acidentes físicos – rios, córregos, serras etc. – por sua vez, correspondem a apenas 37% dos dados (50 ocorrências), conforme se ilustra, nos gráficos, a seguir:

Gráfico 1: Classificação dos topônimos quanto ao tipo de acidente geográfico



Fonte: as próprias autoras

Gráficos 2 e 3: Classificação dos topônimos quanto à identificação de acidente geográfico



Fonte: as próprias autoras

No que concerne à identificação do tipo de acidente geográfico, verifica-se, nos acidentes humanos, a maior incidência de fazendas, uma vez que representam 35,5% do total. Ressalta-se, no entanto, que há um percentual considerável de todos os outros tipos de acidentes humanos no que se refere a denominações toponímicas relativas a membros de associações religiosas. Merece destaque, por

exemplo, o percentual de cidades, isto é, são 14,1% ou 12 cidades mineiras nomeadas a partir de *antropo-axiotopônimos*, quais sejam: *Dom Bosco, Dom Joaquim, Dom Viçoso, Dom Silvério, Cônego Marinho, Frei Gaspar, Frei Lagonegro, Frei Inocêncio, Monsenhor Paulo, Padre Paraíso e Padre Carvalho*. Já em relação aos acidentes físicos, os córregos, rios e ribeirões aparecem com maior destaque, somando 86% do total de acidentes geográficos dessa natureza.

Vale ressaltar que, além da observação dos dados contemporâneos, com intuito de verificar o registro desses designativos em outros períodos da língua portuguesa, recorremos também a mapas históricos dos séculos XVIII e XIX que integram o trabalho *Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província* organizado por Costa *et al.* (2002). Trata-se de uma obra sobre a cartografia brasileira do período colonial e imperial composta de 31 pranchas cartográficas de Minas Gerais, sendo 25 do período colonial, das quais 6 referem-se a mapas regionais, 7 referem-se especificamente à área da Demarcação Diamantina, 9 tratam de Divisões Administrativas e 4 sobre as Capitânicas, mas de modo amplo. As demais se referem à Província. Da consulta a esses mapas, encontramos o registro de apenas 5 topônimos, sendo 4 ocorrências na primeira metade do século XIX – *Padre Ignácio, Padre José Ignácio, Padre Manoel e Padre Silvério* – e 1 ocorrência na segunda metade do XIX – *Padre Manoel*.

Considerações finais

Trazida pelos portugueses para o Brasil, no início do século XVI, a fé cristã e sua principal manifestação que é o culto aos santos foi ganhando extensão territorial, na medida em que se dava o povoamento das terras recém-descobertas. Isso porque, fincando cruzeiros e erguendo capelas para abrigar as diversas imagens de sua devoção, os desbravadores se apossavam do território, batizando-o, em sua língua e de acordo com a sua cultura. Nesse contexto, merecem destaque os membros das diferentes irmandades e associações religiosas que vieram para o Brasil e, historicamente, exerceram e exercem grande influência no que se refere às devoções aqui iniciadas.

Nessa perspectiva, e partindo do pressuposto de que a Onomástica “*é um ótimo instrumento de aferimento dos gostos, tradições e devoções de cada tempo*” (DIAS, 1987, p. 238), verificou-

se, neste estudo, que a importância desses religiosos pode ser percebida, tanto diacrônica – a partir da observação dos mapas históricos – quanto sincronicamente, quando se observa a tessitura atual do léxico toponímico do Estado.

Ressalta-se que, a partir da observação de mapas contemporâneos, observou-se a tendência de batizar os lugares a partir de nomes relativos a membros de associações religiosas, tais como *bispo, cônego, dom, frade, frei, monge, monsenhor, padre e papa*, aplica-se preferencialmente aos acidentes humanos, isto é, os topônimos quantificados referem-se, em sua maioria, à nomeação de cidades, vilas, localidades, fazendas, sítios etc, o que evidencia, de certa forma, características ideológicas e culturais da comunidade, sobretudo no que se refere à questão religiosa.

Desse modo, é possível dizer que denominações toponímicas atribuídas aos acidentes geográficos a partir de uma motivação religiosa, como as homenagens feitas às autoridades eclesiásticas – *os axiotopônimos ou antrotopônimos* – constituem um grupo especial de topônimos, uma vez que, ainda que não integrem a taxa dos *hierotopônimos*, verifica-se também, nessas denominações, a comunhão de aspectos psicológicos do ser humano com a geografia e a paisagem.

Referências

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario>>. Acesso em: 05 set. 2019.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986. p. 71-167.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. **Hagiotoponímia em Minas Gerais**. 2014. 821f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, 2014.

COSTA, Antônio Gilberto; RENGER, Ewald Friedrich; FURTADO, Júnia Ferreira; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. **Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província**, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002.

DAUZAT, Albert. **Les noms de lieux**. Paris: Librairie Delagrave. 1926.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos. **Revista da Faculdade de Letras**. *Historia*, n. 4, p. 227-256, 1987. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2061.pdf>>. Acesso em: 12 mar. de 2014.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos Teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In.: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa (Org.) **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG. 2006. p. 91-117.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria das Graças. **As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: UFMS. 2004. p. 121-130.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil: coletânea de estudos**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP. 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Edições Arquivo do Estado. 1990b

FARIA, Glauciane Santos. Tradição e memória: um estudo antroponímico: dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova –

Minas Gerais. In: **Revista de Estudos da Linguagem**, [S.l.], v. 26, n. 3, p. 1151-1174, jun. 2018. ISSN 2237-2083. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12998>>. Acesso em: 5 set. 2019.

FINATTO, Maria José B.; KRIEGER, Maria G. **Introdução à terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

KRIEGER, Maria da G. Lexicografia: o léxico no dicionário. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa (Org.) **O léxico em estudo**. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p.157-171.

MEGALE, Nilza Botelho. **Santos do povo brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MEGALE, Heitor. Bandeira e bandeirantes. In: MEGALE, Heitor (Org.). **Filologia Bandeirante**. Estudos 1. São Paulo, Humanitas, 2000. p. 15-48.

PEREIRA, Renato Rodrigues; NADIN, Odair Luiz. Taxionomias toponímicas e relações com a Terminologia. **Revista de Estudos da Linguagem**, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 217-243, jan. 2017. ISSN 2237-2083. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10946>>. Acesso em: 5 set. 2019.

SAPIR, Edward. **Linguística como ciência** – Ensaios. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.